

*Memorial do convento, ou a memória que resgata os esquecidos*¹

Márcio Aurélio Recchia²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo levantar algumas reflexões acerca dos “ausentes da história”, tema do filósofo Paul Ricoeur, bem como sobre a questão da corveia anônima, discutida por Walter Benjamin, presentes no romance *Memorial do convento* de José Saramago.

ABSTRACT: This article has the objective of highlighting some points about the “absent of history”, philosopher Paul Ricoeur’s theme, as well as about the question of the anonymous corvee, discussed by Walter Benjamin, present in the novel *Memorial do convento*, by José Saramago.

PALAVRAS-CHAVE: História; Memória; Esquecimento; *Memorial do convento*.

KEYWORDS: History; Memory; Forgetfulness; *Memorial do convento*.

Introdução

A questão da memória tem sido debatida pelas diversas áreas do conhecimento. Historiadores, filósofos e diversos intelectuais têm procurado compreender e interpretar de que forma os acontecimentos pretéritos são registrados pela história, constituindo, assim, os compêndios dos registros e anotações dos fatos relevantes ocorridos através dos tempos.

Levando-se este aspecto em conta, faz-se pertinente inquirir acerca do agente que determina quais fatos são relevantes ou não, e o grau de relevância deles, isto é, o responsável por selecionar os eventos que serão registrados pela memória histórica. Fato é que este agente está sempre a serviço dos grupos dominantes. Isso significa que, dependendo dos interesses desses grupos, alguns eventos considerados menos importantes ou não impactantes para essas elites podem entrar para a história de maneira imprecisa, superficial, ou mesmo serem ignorados.

¹O presente artigo já foi publicado anteriormente neste número da Crioula, mas apresentava erros importantes de revisão.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH-USP, com projeto de pesquisa intitulado “Fantasia Lusitana presente em O ano da morte de Ricardo Reis”.

Ignorar a memória, ou simplesmente negar voz aos acontecimentos considerados irrelevantes, em detrimento de outros que trarão mais vantagens aos grupos de poder, é um mecanismo utilizado para que esses grupos se mantenham hegemônicos.

Segundo o historiador Jacques Le Goff:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos, que dominaram e que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p. 422).

Le Goff chama a atenção para o fato de que esta manipulação da história revela como os grupos detentores do poder manipulam as informações dos fatos ocorridos e apagam aqueles relativos aos grupos desprivilegiados.

Esta é a questão que este artigo pretende abordar, sobretudo no que concerne à memória recuperada pelo narrador de *Memorial do convento*, que dá voz a um grupo dos excluídos da história.

Memorial do convento

O romance *Memorial do convento*, escrito por José Saramago, foi lançado em outubro de 1982. Nele, há a narrativa da história da construção do convento de Mafra (atualmente conhecido por Palácio Nacional de Mafra), durante o reinado de D. João V.

O início da construção do convento se deu em 1717, e sua inauguração aconteceria treze anos mais tarde, isto é, em 1730, para que a data coincidissem com o 41º aniversário do rei, apesar de a obra não estar totalmente finalizada naquela altura. O monarca mandou que o convento fosse erigido em homenagem ao nascimento do seu primeiro herdeiro, muito aguardado pela coroa.

As informações acima são de conhecimento geral, uma vez que foram anotadas nos relatos da história oficial, mas o romance de Saramago vai além desses fatos, ao mostrar que outra história pode ser contada através do registro nas páginas do romance, isto é, uma história que poderia ter acontecido, mas sobre a qual não há menção oficial por escrito. Esta história alternativa enaltece os esforços e os trabalhos executados por um grupo de pessoas pertencente à classe dos desprovidos, ou seja, aquelas pessoas que efetivamente erigiram o convento de Mafra, mas que não receberam o reconhecimento. Surge então uma oposição entre a história oficial e aquela que poderia ter sido escrita.

O narrador de *Memorial do convento* propõe não apenas um registro alternativo referente à construção desse palácio a partir de outro ponto de vista, mas cria personagens ficcionais que se contrapõem às figuras históricas, tais como os membros da família real portuguesa do início do século XVIII.

Destacamos como personagens históricas o casal real, D. João V e a rainha Maria Ana Josefa, o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão e o músico italiano Domenico Scarlatti. Por outro lado, Blimunda de Jesus, Baltasar Mateus e toda a família Sete-Sóis, bem como os companheiros de Baltasar que o ajudaram na construção do convento de Mafra constituem o núcleo de personagens ficcionais.

Os ausentes da história

Ao criar a personagem Baltasar Mateus, e também José Pequeno, Francisco Marques, Manuel Milho, João Anes, entre tantos outros, ou seja, o núcleo composto pelos pobres e explorados trabalhadores originários das mais diversas localidades do reino, Saramago homenageia uma classe de pessoas que, de fato, edificou o convento de Mafra, porém foi negligenciada e esquecida pela história oficial.

Este grupo de olvidados, cuja lembrança não atenderia aos interesses dos grupos dominantes, é chamado pelo filósofo francês Paul Ricoeur de “ausentes da história”, isto é, seres “viventes que existiram antes de se tornarem ausentes” – viventes enquanto seres humanos, pessoas com nomes, famílias, gostos e preferências, e que tiveram um papel preponderante na construção de um reino ou nação, sobretudo concernente ao trabalho braçal de esforço hercúleo parcamente reconhecido. Foram presentes e existiram enquanto mão de obra, mas, pelo fato de não fazerem parte de uma família real, de um grupo de sacerdotes ou generais, seus nomes não foram preservados, isto é, suas memórias foram esquecidas, tornando-se ausentes (RICOEUR, 2010, p. 374).

Destarte, surge o paradoxo entre o “ter sido”, isto é, o ter existido como indivíduo, e o ser ausente, quer dizer, inexistir perante a história, a memória e a humanidade, visto que seus nomes não foram imortalizados nos registros. Esta circunstância faz com que tal grupo deixe de ter existido no passado, embora tendo este decorrido, sem a preservação da história (RICOEUR, p. 374).

Com o passar do tempo, a história se debruça novamente sobre o passado e admite o seu equívoco, ao compreender que erros comprovados foram praticados contra variados grupos. Surge então a noção do dano cometido contra outrem, que leva à

dimensão ética da dívida (RICOEUR, p. 374). Equivale a dizer que o decorrido é irrevogável, inapagável, e que houve, portanto, uma omissão para com essas pessoas que viveram séculos atrás. Manifesta-se, assim, a importância para mudar as coisas, e os eventos decorridos ficam ao lado do manejável e do disponível (RICOEUR, p. 375).

Pode-se dizer que o que Saramago faz é manejar este material disponível que ficou esquecido, mas que existiu, e criar um mundo que recupera a memória dos ausentes da história, mesmo que de forma imprecisa, uma vez que suas identidades se perderam com suas mortes. Ao fazer isso, é como se essa dívida, lembrada por Ricoeur, fosse de certa forma saldada.

O narrador de *Memorial do convento* humaniza as personagens negligenciadas pela memória histórica, ou seja, mestres de obra, pedreiros, marceneiros, ferreiros, auxiliares e demais operários. Destacamos este fato no episódio do transporte da grande pedra, quando os trabalhadores escalados para a empreitada se apresentam uns aos outros: “O meu nome é Francisco Marques, nasci em Cheleiros, que é aqui perto de Mafra umas duas léguas, tenho mulher e três filhos pequenos” (SARAMAGO, 1983, p. 233). Nas páginas seguintes do romance, este grupo de personagens se apresenta, dizendo sempre seus nomes, suas origens, falam acerca de suas famílias e o que faziam em suas terras, respeitando a estrutura de apresentação utilizada pela personagem Francisco Marques, identificado neste parágrafo.

A seguir, exibimos a lista das outras personagens que enunciam os seus nomes e locais de origem, fornecendo um panorama da dimensão geográfica de Portugal a respeito dos homens que fizeram parte daquela tarefa: Francisco Marques, de Cheleiros; José Pequeno, de Torres Vedras; Joaquim da Rocha, de Pombal; Manuel Milho, de Santarém; João Anes, do Porto; Julião Mau-Tempo, do Alentejo e Baltasar Mateus, de Mafra (SARAMAGO, p. 233-236).

Nesta passagem, Saramago dá voz, identidade e origem a esses homens, que, apesar de não terem existido como pessoas reais, passam a existir na dimensão da quitação da dívida ética ricoeuriana. Presume-se que o resgate dessa dívida tenha em vista abarcar toda a extensão territorial de Portugal, pois o narrador apresenta cada personagem como oriundo de uma parte diferente do reino, revelando que os desmandos da coroa foram praticados por toda parte.

Segue abaixo outro trecho significativo do romance, quando o narrador homenageia os apartados do relato histórico, listando-os pelos nomes em ordem alfabética:

José Pequeno, Baltasar, Francisco Marques, Manuel Filho, outros Josés, e Franciscos e Manuéis, serão menos os Baltasares, e haverá Joões, Álvaro, António e Joaquina, talvez Bartolomeus, mas nenhum o tal, e Pedros, e Vicentes, e Bentos, Bernardos, e Caetanos, tudo quanto é nome de homem vai aqui, tudo quanto é vida também, sobretudo se atribulada, principalmente se miserável, já que não podemos falar-lhes das vidas, por tantas serem, ao menos deixemos os nomes escritos, torná-los imortais, pois aí ficam se de nós depende, Alcino, Brás, Cristóvão, Daniel, Egas, Firmino, Geraldo, Horácio, Isidro, Juvino, Luís, Marcolino, Nicanor, Onofre, Paulo, Quitério, Rufino, Sebastião, Tadeu, Ubaldo, Valério, Xavier, Zacarias, uma letra de cada um para ficarem todos representados, por ventura nem todos esses nomes serão os próprios do tempo e do lugar, menos ainda da gente, mas, enquanto não se acabar quem trabalhe, não se acabarão os trabalhos, e alguns destes estarão no futuro de alguns daqueles, à espera de quem vier a ter o nome e a profissão (SARAMAGO, p. 242).

Esta homenagem não é gratuita, pois tem um recorte direcionado a um grupo específico de pessoas: “tudo quanto é nome de homem vai aqui, tudo quanto é vida também, sobretudo se atribulada, principalmente se miserável” (SARAMAGO, p. 242). O narrador faz questão de destacar que esses homens tiveram vida atribulada e miserável, no intuito de reconhecer o papel importante que tiveram na história dos povos e nações.

Ademais, a questão do reconhecimento da dívida ética e de sua reparação é explícita, pois o narrador confessa que: “já que não podemos falar-lhes das vidas, por tantas serem, ao menos deixemos os nomes escritos, torná-los imortais, pois aí ficam se de nós depende”. Tornar esses nomes imortais através do registro nas linhas de um romance equipara-se ao reconhecimento que teria pelos registros oficiais do reinado de D. João V, e é uma maneira simbólica de reconhecer, mesmo que tardiamente, a importância desses ausentes da história.

A escolha da lista em ordem alfabética é simbólica, pois tem o propósito de deixar “todos representados”, mesmo tendo-se ciência de que é uma recuperação tardia e artificial nas linhas do romance, visto que os nomes verdadeiros não podem ser plenamente recuperados. Mesmo assim, esta impossibilidade não invalida o intento do narrador.

Por fim, há a conexão do passado com o futuro, pois, já que não se pode saber com certeza os nomes dos trabalhadores do convento de Mafra no século XVIII, as informações contidas no trecho acima, como trabalho nome e profissão, são compartilhadas com as gerações futuras que vierem a tê-los, numa espécie de

homenagem e reconhecimento aos operários do amanhã, dado que a continuidade dos ausentes da história parece que permanecerá.

A morte

Ricoeur chama a atenção para o fato de que “a morte assinala, de certa forma, o ausente na história. O ausente no discurso historiográfico” (RICOEUR, p. 376). Segundo o filósofo francês, “a ausência não é mais um estado, mas o resultado de um trabalho da história, verdadeira máquina de produzir separação, de suscitar heterologia” (RICOEUR, p. 378). Em outras palavras, Ricoeur reconhece que a história produz fragmentação, pois não é isenta nem neutra, registrando os eventos e os nomes apenas dos grupos hegemônicos.

A morte, fenômeno natural que acomete a todos indistintamente, sem averiguar a qual classe social pertençam, deveria ser algo igualitário diante da história, mas não é isso que acontece. Uma vez decorrido o decesso de um indivíduo, sua memória será preservada ou não pelo discurso histórico, dependendo do lugar social a que tenham pertencido. Acerca desse pensamento, Ricoeur discorre que “a morte em história não é diretamente a morte indiscriminada dos anônimos. Ela é, em primeiro lugar, a morte dos que têm um nome, a morte que faz o acontecimento” (RICOEUR, p. 379).

Para ilustrar bem essa consideração, o filósofo compara a morte dos reis com “a morte dos supliciados pela Inquisição: dois testemunhos extremos da relação do ser falante com a morte são assim aproximados, o regicídio e a Inquisição (...); morte resgatada pela história, contra morte não resgatada” (RICOEUR, p. 379). Coincidência ou não, o romance *Memorial do convento* traz, nos seus capítulos iniciais e no capítulo final, autos de fé com pessoas morrendo em fogueiras em praças públicas, vitimadas pelo Santo Ofício. Questiona-se se seria mais uma maneira que Saramago achou de render tributo a esses ausentes da história.

Além do mais, no decorrer da obra, o narrador identifica várias mortes que são anônimas perante as anotações históricas, por se tratarem das mortes de miseráveis. Dessa maneira, o romance continua a reconstruir uma memória do que poderia ter acontecido, já que não há documentos. Citamos alguns exemplos: a morte dos marinheiros enquanto trabalhavam, baleados por D. Francisco, irmão do rei, “só para provar a boa pontaria que tem” (SARAMAGO, p. 81); a morte de Francisco Marques,

dilacerado pela roda do carro que transporta a pedra (SARAMAGO, p. 259); até mesmo a morte dos dois bois que tiveram as pernas partidas pela plataforma que deslizou e foram acabados a machadadas e repartidos entre o povo (SARAMAGO, p. 260).

As relações de empatia e os bens culturais

Ao indagar a respeito do posicionamento presente nos prontuários históricos no decorrer dos séculos, Walter Benjamin reflete acerca de “com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor” (BENJAMIN, 1987, p. 225).

O crítico alemão aprofunda o seu posicionamento em relação a este assunto:

A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo. (BENJAMIN, p. 225).

No que concerne aos bens culturais, Walter Benjamin chama a atenção para o fato de que eles “devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos” (BENJAMIN, p. 225). Ora, é senso comum exaltar os patrimônios da humanidade (castelos, palácios, templos, igrejas, muralhas, entre tantos outros) como sendo representantes de épocas áureas desse ou daquele povo. Os dominadores e reis que os mandaram construir são normalmente reconhecidos como idealizadores e responsáveis por suas existências. Porém, muito raramente se reflete acerca dos homens que foram empregados e de quantas vidas foram ceifadas para que esses monumentos estivessem em pé até hoje e se tornassem patrimônios da humanidade, ou seja, bens culturais. Sem tirar o mérito do gênio criador vislumbrado por seus idealizadores, Benjamin coloca em pé de igualdade

o esforço despendido pelos seus idealizadores e o esforço empenhado pela corveia de trabalhadores, isto é, os escravos, os empregados, os operários, aqueles que efetivamente levantaram esses patrimônios.

O atual Palácio Nacional de Mafra é considerado um monumento pátrio em Portugal, logo um bem cultural, devido à sua imponência e à sua importância histórica. Em *Memorial do convento*, o narrador vai na contramão do discurso historicista e esbanja sua empatia para com os desprivilegiados e explorados, reconhecendo-lhes os esforços, isto é, um movimento diverso do discurso historicista. Ele não apenas se solidariza com a dor e o empenho dos construtores reais, como também denuncia o discurso da história, que ignora os trabalhadores e exalta os reis e poderosos.

Esta solidariedade e esta denúncia podem ser vistas no episódio do transporte da grande pedra de Pêro Pinheiro à Mafra:

(...) houve notícia de que era preciso ir a Pêro Pinheiro buscar uma pedra muito grande que lá estava, destinada à varanda que ficará sobre o pórtico da igreja, tão excessiva a tal pedra que foram calculadas em duzentas as juntas de bois necessárias para trazê-la, e muitos os homens que tinham de ir também para as ajudas. (SARAMAGO, p. 241).

A informação acima revela o tamanho da pedra e a quantidade de pessoas e animais necessários para o seu transporte. Todavia, seria natural querer entender o motivo de a varanda não ser construída com pedras menores e mais acessíveis. A resposta está no trecho abaixo:

(...) que é realmente um homem quando só for a força que tiver, quando mais não for que o medo de que lhe não chegue essa força para reter o monstro que implacavelmente o arrasta, e tudo por causa de uma pedra que não precisaria ser tão grande, com três ou dez mais pequenas se faria do mesmo modo a varanda, apenas não teríamos o orgulho de poder dizer a sua majestade, É só uma pedra, e aos visitantes, antes de passarem à outra sala, É uma pedra só, por via destes e outros tolos orgulhosos é que se vai disseminando o ludíbrio geral, como suas formas nacionais e particulares, como esta de afirmar nos compêndios e histórias, Deve-se a construção do convento de Mafra ao rei D. João V, por um voto que fez se lhe nascesse um filho, vão aqui seiscentos homens que não fizeram filho nenhum à rainha e eles é que pagam o voto, que se lixam, com perdão da anacrônica voz. (SARAMAGO, p. 257).

O narrador saramaguiano revela que a pedra “não precisaria ser tão grande, com três ou dez mais pequenas se faria do mesmo modo a varanda” (SARAMAGO, p. 257). Entretanto, o que está por trás do esforço e do sofrimento gigantesco desses homens é “o orgulho de poder dizer a sua majestade, É só uma pedra, e aos visitantes, antes de

passarem à outra sala, É uma pedra só” (SARAMAGO, p. 257). Este orgulho é o responsável pelas arbitrariedades e atrocidades cometidas contra aquele magote de homens sofridos e esquecidos.

Contudo, a denúncia clara e contundente contra o discurso oficial histórico é acerca do engodo ou ludíbrio de se “afirmar nos compêndios e histórias, Deve-se a construção do convento de Mafra ao rei D. João V, por um voto que fez se lhe nascesse um filho” (SARAMAGO, p. 257), o que está em consonância com o pensamento de Walter Benjamin ao se referir que o investigador historicista estabelece uma relação de empatia com o vencedor (BENJAMIN, p. 225). O narrador subverte e vai além, ao corrigir o discurso histórico, dando crédito a quem de direito: “vão aqui seiscentos homens que não fizeram filho nenhum à rainha e eles é que pagam o voto, que se lixam, com perdão da anacrônica voz” (SARAMAGO, p. 257).

Não obstante o rei D. João V receber os louros pelo fato de o Palácio Nacional de Mafra ter sido construído durante o seu reinando e por sua vontade, por conta da promessa a respeito do nascimento de seu herdeiro, os ausentes da história de Ricoeur, ou, a corveia anônima de Walter Benjamin, são constantemente homenageados e reconhecidos por Saramago. Abaixo temos um trecho que descreve como esses homens eram interceptados a fim de integrar a obra do convento de Mafra:

Foram as ordens, vieram os homens. De sua própria vontade alguns, aliciados pela promessa de bom salário, por gosto de aventura outros, por desprendimento de afectos também, à força quase todos. Deitava-se o pregão nas praças, e, sendo escasso o número de voluntários, ia o corregedor pelas ruas, acompanhado dos quadrilheiros, entrava nas casas, empurrava os cancelos dos quintais, saía ao campo a ver onde se escondiam os relapsos, ao fim do dia juntava dez, vinte, trinta homens, e quando eram mais que os carcereiros atavam-nos com cordas, variando o modo, ora presos pela cintura uns aos outros, ora com improvisada pescocreira, ora ligados pelos tornozelos, como galés ou escravos. Em todos os lugares se repetia a cena, Por ordem de sua majestade, vais trabalhar na obra do convento de Mafra, e se o corregedor era zeloso, tanto fazia que estivesse o requisitado na força da vida como já lhe escorregasse o rabo da tripeça, ou pouco mais fosse que menino. Recusava-se o homem primeiro, fazia menção de escapar, apresentava pretextos, a mulher no fim do tempo, a mãe velha, um rancho de filhos, a parede em meio, a arca por confortar, o alqueive necessário, e se começava a dizer as suas razões não as acabava, deitavam-lhe a mão os quadrilheiros, batiam-lhe se resistia, muitos eram metidos ao caminho a sangrar (SARAMAGO, p. 291-292).

A maneira desumana empregada para obter trabalhadores, a separação desses homens de suas famílias e de suas aldeias e a forma como eram manietados, amarrados

e transportados à força para Mafra, tudo isso funciona como denúncia aos desmandos do rei, reconhece os verdadeiros responsáveis pela construção do convento e homenageia essas vítimas, resgatando, de certa forma, a dívida ética para com esses desgraçados.

Por último, destacamos a ironia do narrador de *Memorial do convento* para com o rei, e a comiseração para com os trabalhadores. Ao chegarem até Pêro Pinheiro, os homens têm que colocar a grande pedra em cima dos carros que a transportarão até Mafra:

Subiram homens à plataforma com longas e fortíssimas alavancas, esforçadamente soergueram a pedra ainda instável, e outros homens introduziram-lhe debaixo calços com o rasto de ferro, que puderam deslizar sobre o barro, agora vai ser fácil, Êeeeeeeiii-ô, Êeeeeeeiii-ô, Êeeeeeeiii-ô, todo o mundo puxa, com entusiasmo homens e bois, pena é que não esteja D. João V no alto da subida, não há povo que puxe melhor que este (SARAMAGO, p. 248).

Todo o esforço e entusiasmo despendido por aqueles homens são descritos pelo narrador. Porém, ele ironiza o fato de o rei D. João V, responsável pela construção do convento de Mafra segundo os apontamentos históricos, não estar presente para poder ver com seus próprios olhos a diligência de seus súditos. Este fato nada mais é do que uma contradição, pois, se é atribuído ao rei a construção de tal bem cultural, indaga-se como poderia ele não estar presente para testemunhar as etapas da construção.

No entanto, apesar da ausência do rei, o narrador informa sobre a presença de um ser a testemunhar o sofrimento daqueles homens: “em cima do valado está o diabo assistindo, pasmando da sua própria inocência e misericórdia por nunca ter imaginado suplício assim para coroação dos castigos do seu inferno” (SARAMAGO, p. 258-259). Com essas palavras, o narrador não apenas reconhece e valoriza o sacrifício daqueles homens, mas também denuncia que aquele trabalho era tão degradante que nem mesmo o diabo, símbolo maior do mal, poderia pensar em suplícios como aquele em seu inferno. Equivale a dizer que a maldade perpetrada pelo reinado de D. João V era maior do que aquela imaginada e divulgada pela religião acerca do inferno.

Considerações finais

A recuperação da memória dos olvidados pelo discurso historicista, presente no romance *Memorial do convento*, foi objeto de reflexões no decorrer deste artigo.

Uma análise da estrutura do romance foi feita, distinguindo, sobretudo, como o narrador delineia os vários pares antagônicos no decorrer da narrativa, esbanjando

simpatia e reconhecimento aos pobres explorados e crítica e ironia para com os poderosos, monarcas e membros do clero.

Através da visão de Paul Ricoeur sobre os ausentes da história, pudemos ponderar a respeito da questão ética da dívida para com esses esquecidos e a forma como o narrador saramaguiano constrói a narrativa, reconhecendo e homenageando esses homens que não tiveram voz nem destaque perante a história oficial.

Além disso, consideramos também a questão benjaminiana sobre a empatia que o investigador histórico tem para com o vencedor, e a questão dos bens culturais que estão marcados pelo horror em relação ao número de pessoas que ficaram prostradas ao chão para que esses bens culturais fossem construídos e reconhecidos como tal, isto é, a “corveia anônima” que é normalmente negligenciada pela história.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Obras escolhidas*; v. 1. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 419-476.

RICOEUR, Paul. História e tempo. In: *A Memória, a história, o esquecimento*. 3. reimp. Campinas: Ed. Unicamp, 2010, p. 357-393.

SARAMAGO, José. *Memorial do convento*. São Paulo: Difel, 1983.